

# SUMÁRIO

---

## PARTE I

### INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO

<b>Capítulo I – Histórico do Trabalho Humano</b> .....	3
1.1 Escravidão .....	3
1.2 Servidão .....	7
1.3 Corporações .....	9
1.4 Revolução Industrial .....	12
1.5 Sociedade industrial, trabalho assalariado e o Direito do Trabalho....	16
Questionário.....	22
<b>Capítulo II – História Internacional do Direito do Trabalho</b> .....	23
2.1 Primeira fase – final do século XVIII até o <i>Manifesto Comunista</i> de 1848 .....	24
2.2 Segunda fase – <i>Manifesto Comunista</i> de 1848 até 1919.....	25
2.3 Terceira fase – início em 1919 com avanço ao longo do século XX....	28
Questionário.....	31
<b>Capítulo III – História do Direito do Trabalho no Brasil</b> .....	32
3.1 Período da Independência até a Abolição da Escravatura.....	32
3.2 Período de 1888 (Abolição da Escravidão) a 1930 (Getúlio Vargas)....	33
3.3 Período de 1930 (Getúlio Vargas) até 1988 (Constituição Federal)....	35
3.4 A Constituição de 1988 e os direitos sociais.....	41
3.5 Os direitos sociais – a época de transição entre a regulamentação e a desregulamentação.....	44
Questionário.....	51

## PARTE II

### TEORIA GERAL DO DIREITO DO TRABALHO

<b>Capítulo I – Denominação</b> .....	55
Questionário.....	56

<b>Capítulo II – O Direito do Trabalho na Ciência Jurídica .....</b>	<b>57</b>
2.1 Correntes doutrinárias quanto à definição de Direito do Trabalho....	57
2.1.1 A nossa posição .....	60
2.2 Natureza jurídica.....	61
2.2.1 Direito público e direito privado.....	62
2.2.2 Outras concepções doutrinárias.....	66
2.2.2.1 Direito misto.....	66
2.2.2.2 Direito unitário.....	67
2.2.2.3 Direito social.....	68
2.2.3 Proposta de uma nova abordagem.....	68
Questionário.....	75
<b>Capítulo III – Autonomia do Direito do Trabalho .....</b>	<b>76</b>
Questionário.....	78
<b>Capítulo IV – O Direito do Trabalho e Outras Ciências.....</b>	<b>79</b>
4.1 Direito do trabalho e economia.....	80
4.2 Direito do trabalho e sociologia.....	81
4.3 Direito do trabalho e medicina do trabalho .....	82
4.4 Direito do trabalho e filosofia.....	82
4.5 Direito do trabalho e psicologia.....	84
4.6 Direito do trabalho e administração de empresas .....	84
4.7 Direito do trabalho e contabilidade.....	85
4.8 Direito do trabalho e estatística.....	85
Questionário.....	85
<b>Capítulo V – O Direito do Trabalho e os Demais Ramos do Direito .....</b>	<b>86</b>
5.1 Direito constitucional .....	86
5.2 Direito administrativo .....	87
5.3 Direito financeiro .....	88
5.4 Direito econômico.....	88
5.5 Direito internacional público .....	89
5.6 Direito internacional privado .....	90
5.7 Direito penal .....	90
5.8 Direito processual.....	92
5.9 Direito civil.....	93
5.10 Direito empresarial .....	96
5.11 Direito da seguridade social .....	98
Questionário.....	99
<b>Capítulo VI – A Divisão do Direito do Trabalho .....</b>	<b>100</b>
Questionário.....	102

<b>Capítulo VII – Princípios de Direito</b> .....	103
7.1 A importância dos princípios.....	103
7.2 Princípios gerais de direito.....	104
7.3 Os princípios gerais de direito aplicáveis ao direito do trabalho .....	108
7.3.1 Princípio da inalterabilidade dos contratos .....	108
7.3.2 Princípio da boa-fé.....	109
7.3.3 Princípio da não alegação da própria torpeza .....	110
7.3.4 Princípio do efeito lícito do exercício regular do próprio direito.....	111
7.3.5 Princípio da razoabilidade .....	112
7.3.6 Princípio da <i>exceptio non adimpleti contractus</i> .....	113
7.3.7 Princípio da autonomia da vontade.....	113
7.4 Princípios universais do direito do trabalho .....	114
7.4.1 Liberdade do trabalho .....	115
7.4.2 Liberdade sindical .....	115
7.4.3 Dignidade da pessoa humana.....	117
7.4.4 Valor social do trabalho e da livre-iniciativa .....	118
7.4.5 Busca do pleno emprego .....	119
Questionário.....	120
<b>Capítulo VIII – Princípios de Direito do Trabalho</b> .....	121
8.1 Introdução.....	121
8.2 Princípios doutrinários do Direito do Trabalho .....	123
8.2.1 Princípio protetor.....	123
8.2.2 Princípio da irrenunciabilidade.....	126
8.2.2.1 A transação e a renúncia no Direito do Trabalho.....	127
8.2.2.2 A transação e os planos de dispensa voluntária.....	129
8.2.2.3 O STF e os planos de dispensa voluntária.....	130
8.2.3 Princípio da continuidade da relação de emprego.....	133
8.2.4 Princípio da primazia da realidade.....	134
8.2.5 Princípio da razoabilidade .....	135
8.2.6 Princípio da boa-fé.....	135
8.2.7 Princípio da igualdade (não discriminação) .....	136
8.2.7.1 Ações afirmativas .....	138
Questionário.....	141
<b>Capítulo IX – Fontes do Direito</b> .....	142
9.1 A sistemática das fontes na ciência jurídica.....	142
9.2 A classificação das fontes formais .....	143

9.2.1	Fontes formais diretas ou imediatas .....	143
9.2.1.1	Lei.....	143
9.2.1.2	Costumes.....	144
9.2.2	Fontes formais indiretas ou mediatas .....	145
9.2.2.1	Doutrina .....	145
9.2.2.2	Jurisprudência.....	146
	Questionário.....	149
<b>Capítulo X – Fontes do Direito do Trabalho .....</b>		<b>151</b>
10.1	Fontes normativas estatais.....	151
10.1.1	Normas elaboradas pelo legislativo.....	151
10.1.2	Normas elaboradas pelo judiciário .....	152
10.1.3	Normas elaboradas pelo executivo .....	153
10.2	Fontes normativas não estatais .....	153
10.2.1	Normas negociais coletivas .....	153
10.2.2	Normas negociais individuais.....	155
10.2.3	Normas negociais internacionais .....	156
10.3	Integração da norma jurídica .....	157
10.3.1	Fontes supletivas.....	158
10.3.1.1	Equidade.....	158
10.3.1.2	Analogia .....	159
10.3.1.3	Direito comparado.....	159
	Questionário.....	160
<b>Capítulo XI – A Hierarquia das Fontes e o Direito do Trabalho.....</b>		<b>161</b>
11.1	Conceito de sistema jurídico .....	161
11.2	Conceito de hierarquia .....	161
11.3	Hierarquia das fontes na Teoria Geral do Direito.....	162
11.4	Hierarquia das fontes no Direito do Trabalho.....	164
11.5	Conceito de norma favorável.....	166
	Questionário.....	169
<b>Capítulo XII – Interpretação das Normas Trabalhistas.....</b>		<b>170</b>
12.1	Hermenêutica .....	170
12.2	Interpretação.....	170
12.2.1	Técnicas de Interpretação.....	171
12.2.1.1	Quanto à origem.....	171
12.2.1.2	Quanto aos resultados .....	171
12.2.1.3	Quanto ao método .....	172
12.3	A especificidade da interpretação trabalhista.....	173
	Questionário.....	175

<b>Capítulo XIII – Aplicação das Normas Trabalhistas</b> .....	176
13.1 As normas trabalhistas no tempo .....	176
13.1.1 <i>Vacatio legis</i> .....	177
13.1.2 Publicação .....	179
13.1.3 Espécies de revogação das leis .....	179
13.1.4 Força revogadora .....	181
13.1.5 Modo da revogação .....	181
13.1.6 A irretroatividade da norma jurídica .....	183
13.1.7 Aplicação da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) no tempo .....	186
13.2 As normas trabalhistas no espaço .....	188
13.2.1 Trabalhador brasileiro contratado para laborar no exterior .....	189
13.2.2 Contratação de trabalhador brasileiro por empresa estrangeira, sem filial ou agência no Brasil, para o trabalho no exterior .....	190
13.2.3 Empregado de empresa brasileira que fiscaliza trabalhos executados em diversos países .....	191
13.2.4 Empregado de empresa brasileira que executa serviços esporádicos no exterior .....	191
13.2.5 Trabalhador estrangeiro contratado no Brasil por empresa estrangeira para o trabalho no exterior .....	191
13.2.6 Empregado estrangeiro que vem laborar permanentemente no Brasil .....	191
13.2.7 Trabalhadores fronteiriços .....	191
13.2.8 Trabalho efetuado a bordo de embarcações e aeronaves ...	192
13.2.9 Legislação material e processual .....	193
13.3 Aplicação territorial .....	193
13.4 Pessoas a quem se destinam as normas trabalhistas .....	194
13.4.1 Empregados de missões estrangeiras ou de organismos internacionais .....	195
Questionário .....	198

### PARTE III

## DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO TRABALHO

<b>Capítulo I – Direito Internacional do Trabalho</b> .....	201
1.1 Noções gerais .....	201

1.2	A construção dos direitos fundamentais no trabalho no cenário internacional .....	204
1.2.1	Diplomas Internacionais sobre os direitos fundamentais no trabalho.....	204
1.2.2	Os direitos fundamentais no trabalho nos diplomas internacionais.....	204
	Questionário.....	206
<b>Capítulo II – Organização Internacional do Trabalho.....</b>		207
2.1	Relato histórico.....	207
2.2	Natureza jurídica.....	209
2.3	Objetivos.....	209
2.4	Estrutura.....	210
2.4.1	Conferência Internacional do Trabalho .....	211
2.4.2	Conselho de administração .....	211
2.4.3	Repartição Internacional do Trabalho.....	212
2.5	Os instrumentos normativos da OIT .....	212
2.5.1	Convenção.....	214
2.5.1.1	Análise jurídica da convenção.....	214
2.5.1.1.1	Conceito de tratado .....	214
2.5.1.1.2	Classificação dos tratados.....	215
2.5.1.1.3	A integração dos tratados internacionais na ordem jurídica interna.....	215
2.5.1.2	Recomendação.....	218
2.5.1.3	Resolução .....	219
2.6	A integração dos instrumentos normativos da OIT na ordem jurídica nacional .....	219
2.7	As convenções da OIT ratificadas pelo Brasil .....	223
	Questionário.....	226

**PARTE IV**

**DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO**

<b>Capítulo I – Definição de Direito Individual do Trabalho.....</b>		231
	Questionário.....	232
<b>Capítulo II – Relação de Trabalho.....</b>		233
2.1	Relação jurídica .....	233
2.2	Trabalho humano e o direito do trabalho .....	234

2.3	Conceito de relação de trabalho.....	234
2.3.1	Abrangência da relação de trabalho.....	238
2.3.2	Relação de trabalho e relação de consumo .....	238
	Questionário.....	244
<b>Capítulo III – Relação de Emprego .....</b>		<b>245</b>
3.1	Relação de emprego .....	245
3.2	Natureza jurídica da relação de emprego.....	246
3.2.1	Teorias contratualistas .....	246
3.2.1.1	Teoria contratualista tradicional .....	246
3.2.1.2	Teoria contratualista moderna .....	247
3.2.2	Teorias acontratualistas .....	247
3.2.3	A lei brasileira e a natureza jurídica da relação empregatícia .....	249
3.3	Contrato de trabalho.....	251
3.3.1	Origens .....	251
3.3.2	Definição .....	252
3.3.3	Denominação.....	252
3.3.4	Elementos constitutivos (caracteres).....	252
3.3.5	Morfologia.....	253
3.3.5.1	Constituição tácita .....	253
3.3.5.2	Constituição expressa.....	253
3.3.5.3	Constituição por prazo.....	254
3.4	Fase pré-contratual.....	254
3.5	A possibilidade jurídica da dualidade contratual com o mesmo empregador .....	255
	Questionário.....	258
<b>Capítulo IV – O Contrato de Trabalho e os Contratos Afins .....</b>		<b>259</b>
4.1	Interesse da distinção.....	259
4.2	Contrato de trabalho e a locação de serviços .....	259
4.3	Contrato de trabalho e a empreitada .....	261
4.3.1	Conceito de empreitada.....	261
4.3.2	Empreiteiro – operário ou artífice .....	261
4.3.3	Empreitada e subempreitada .....	262
4.3.4	A responsabilidade do empreiteiro .....	263
4.3.4.1	A responsabilidade do empreiteiro é solidária ou subsidiária?.....	264
4.3.5	A responsabilidade do dono da obra e o art. 455 da CLT ....	266
4.3.6	A responsabilidade do dono da obra e atividade-fim.....	270
4.3.7	A responsabilidade do dono da obra ou tomador de serviço pelo acidente de trabalho .....	270

4.4	Contrato de trabalho e representação comercial .....	271
4.5	Contrato de trabalho e mandato .....	273
4.6	Contrato de trabalho e sociedade .....	274
4.7	Contrato de trabalho e parceria rural.....	274
4.8	Contrato de trabalho e o contrato de comissão .....	275
4.9	Contrato de trabalho e o contrato de corretagem.....	275
4.10	Contrato de trabalho. Promiscuidade e ligação .....	276
	Questionário.....	277
<b>Capítulo V – Empregado .....</b>		<b>279</b>
5.1	A figura do empregado.....	279
5.1.1	Pessoa natural .....	279
5.1.2	Serviços não eventuais.....	280
5.1.3	Subordinação e sua natureza jurídica.....	281
5.1.3.1	Fronteiras do Direito do Trabalho .....	281
5.1.3.2	Recomendação 198, OIT .....	283
5.1.3.3	Elemento subordinação.....	285
5.1.3.4	Elemento subordinação e suas feições no Brasil atual.....	287
5.1.3.4.1	Subordinação .....	287
5.1.3.4.2	Caracterização da subordinação ..	288
5.1.3.4.3	Subordinação jurídica .....	288
5.1.3.4.4	Subordinação e a relação de em- prego .....	290
5.1.3.4.5	Parassubordinação .....	291
5.1.3.5	Teletrabalho .....	292
5.1.3.5.1	Teletrabalho e a jornada suple- mentar.....	294
5.1.3.5.2	Teletrabalho e o sobreaviso.....	294
5.1.4	Onerosidade.....	296
5.2	Visão global dos demais tipos de relações de trabalho .....	296
5.2.1	Trabalhador aprendiz.....	296
5.2.2	Trabalhador doméstico.....	296
5.2.3	Trabalhador em domicílio.....	298
5.2.4	Trabalhador avulso.....	298
5.2.5	Trabalhador temporário .....	301
5.2.6	Trabalhador eventual .....	303
5.2.7	Trabalhador rural .....	304
5.2.8	Trabalhador autônomo.....	304
	Questionário.....	306



<b>Capítulo VI – Empregador</b> .....	307
6.1 Empregador e a Consolidação das Leis do Trabalho.....	307
6.2 A noção de empresa na economia .....	310
6.3 A empresa na ciência do direito .....	310
6.4 Estabelecimento.....	312
6.5 Empresa e estabelecimento na Consolidação das Leis do Trabalho ...	314
6.6 O poder diretivo do empregador .....	315
6.7 Grupo econômico .....	315
6.7.1 Conceito de solidariedade.....	316
6.7.2 Grupo de empresas e o direito do trabalho .....	316
6.7.3 O grupo econômico como empregador real e a questão da solidariedade ativa e passiva .....	320
6.7.4 Análise da Súmula 205 do TST .....	322
6.8 O fenômeno da despersonalização do empregador.....	322
6.9 O princípio da continuidade da empresa.....	323
6.10 O empregador no trabalho temporário.....	324
6.11 O empregador no trabalho doméstico .....	325
6.12 O empregador no trabalho rural.....	325
6.12.1 Grupo econômico no trabalho rural .....	326
6.12.2 Consórcio de empregadores na área rural .....	327
6.13 Empregador na Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ....	329
6.14 Empregador e a Seguridade Social.....	329
6.15 Consórcio de empregadores na área urbana .....	331
Questionário.....	332
<b>Capítulo VII – Poder Diretivo do Empregador</b> .....	334
7.1 Poder de organização.....	335
7.2 Poder de controle .....	335
7.3 Poder disciplinar .....	335
7.4 Regulamento de empresa .....	337
Questionário.....	340
<b>Capítulo VIII – Desconsideração da Pessoa Jurídica</b> .....	341
8.1 Pessoa jurídica .....	341
8.2 Classificação das pessoas jurídicas.....	343
8.2.1 Quanto às suas funções e capacidade .....	343
8.2.2 Quanto à estrutura .....	345
8.2.3 Quanto à sua nacionalidade.....	346
8.3 A responsabilidade e o tipo societário.....	346
8.4 Os efeitos da personalização da pessoa jurídica.....	347
8.5 Os limites da personalização da pessoa jurídica .....	347

8.6	A desconsideração da personalidade jurídica .....	348
8.7	A desconsideração no direito brasileiro .....	350
8.8	A responsabilidade do sócio e o Direito do Trabalho .....	352
8.9	Teoria inversa da desconsideração da personalidade jurídica .....	356
8.10	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica no CPC/2015 .....	356
8.11	O processo do trabalho e o incidente de desconsideração .....	357
	Questionário.....	359
<b>Capítulo IX – Sucessão Trabalhista.....</b>		<b>361</b>
9.1	Aquisição de direitos e a sucessão.....	361
9.2	A relatividade dos contratos e a sucessão.....	364
9.2.1	O significado do termo “terceiro” .....	365
9.2.2	Nova abordagem do princípio da res inter alios acta .....	366
9.3	O fenômeno da sucessão na relação jurídico-trabalhista .....	369
9.3.1	O emprego da expressão “sucessão trabalhista” .....	371
9.3.2	Conceito de sucessão trabalhista.....	371
9.3.3	A natureza jurídica da sucessão trabalhista .....	374
9.3.3.1	Novação .....	374
9.3.3.2	Estipulação em favor de terceiro .....	376
9.3.3.3	Cessão de crédito.....	376
9.3.3.4	Sub-rogação .....	376
9.3.3.5	A sucessão trabalhista como assunção de dívida .....	377
9.3.4	Caracterização da sucessão trabalhista.....	378
9.3.5	Requisitos da sucessão trabalhista .....	380
9.3.6	Fundamentos e abrangência da sucessão trabalhista.....	382
9.3.7	Efeitos da sucessão trabalhista.....	382
9.3.7.1	Posição jurídica do sucessor .....	383
9.3.7.2	A responsabilidade do sucedido.....	383
9.3.7.3	A discordância do empregado com a sucessão trabalhista.....	386
9.3.8	Cláusula de exoneração de responsabilidade do sucessor....	388
9.4	O fenômeno da sucessão no direito comercial.....	390
9.4.1	Transformação .....	391
9.4.2	Incorporação, fusão e cisão .....	392
9.5	O fenômeno da sucessão no direito tributário .....	394
9.6	O fenômeno da sucessão no Direito Civil.....	396
9.6.1	A sucessão no Direito das Obrigações.....	397
9.6.2	A sucessão no Direito das Sucessões .....	398

9.7	A falência e a sucessão trabalhista .....	399
9.8	A recuperação judicial e a sucessão trabalhista.....	400
9.9	Responsabilidade da Administração Pública na gestão dos serviços públicos.....	401
9.10	Responsabilidade no desmembramento dos entes de Direito Público....	402
9.11	Sucessão e o grupo econômico .....	402
9.12	Sucessão e o término do contrato de prestação de serviços .....	402
	Questionário.....	404
<b>Capítulo X – A Sucessão Trabalhista em Face das Privatizações .....</b>		<b>406</b>
10.1	Exame de casos concretos .....	406
10.1.1	O sistema TELEBRAS.....	406
10.1.2	Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA).....	407
	Questionário.....	409
<b>Capítulo XI – A Sucessão Trabalhista em Face da Reestruturação do Mercado Financeiro.....</b>		<b>410</b>
	Questionário.....	414
<b>Capítulo XII – Aspectos da Terceirização.....</b>		<b>415</b>
12.1	O fenômeno da terceirização e o Direito do Trabalho .....	415
12.2	Responsabilidade trabalhista: Súmula 331 do TST, Instrução Normativa MTb 3/97 e as Leis 13.429/17 e 13.467/17 .....	418
12.2.1	Empresa prestadora.....	418
12.2.2	Empresa tomadora .....	419
12.2.3	Empresa interposta e a contratação irregular .....	423
12.2.4	Vedação da terceirização na atividade-fim da empresa tomadora .....	424
12.2.4.1	Súmula 331, TST .....	424
12.2.4.2	Atividade-fim e as Leis 13.429/17 e 13.467/17 ...	425
12.2.5	A empresa tomadora na iniciativa privada e a responsabilidade subsidiária.....	428
12.3	Contratação irregular na Administração Pública .....	429
12.3.1	Acessibilidade ao serviço público.....	429
12.3.2	Concurso público .....	429
12.3.3	A nulidade e o Direito do Trabalho .....	430
12.3.4	As correntes doutrinárias quanto à nulidade e à contratação na administração sem a realização do concurso público ....	431
12.4	Consequências das irregularidades na terceirização .....	435
12.5	Igualdade salarial na terceirização .....	438
12.6	Vantagens à terceirização pela Lei 13.467/17 .....	439
12.7	Proibições impostas pela Lei 13.467/17.....	440
	Questionário.....	440

<b>Capítulo XIII – Cooperativa e o Direito do Trabalho</b> .....	442
13.1 Cooperativa. Conceito e tipos .....	442
13.2 Terceirização e as cooperativas de trabalho .....	444
13.3 Cooperativas de Trabalho e a Lei 12.690/12 .....	446
13.4 Cooperativas e trabalho rural .....	450
Questionário .....	451
<b>Capítulo XIV – Elementos do Contrato de Trabalho</b> .....	452
14.1 Capacidade de ser parte e de estar em juízo .....	452
14.1.1 Representação .....	453
14.1.2 Assistência .....	454
14.1.3 Pessoas absolutamente incapazes .....	455
14.1.4 Pessoas relativamente incapazes .....	456
14.1.5 Menor de idade e o direito do trabalho .....	458
14.2 A idoneidade do objeto .....	459
14.3 Forma .....	462
14.3.1 A prova do contrato individual de trabalho .....	462
14.3.1.1 A Carteira de Trabalho e Previdência Social ...	463
14.3.1.2 Documento escrito .....	463
14.3.1.3 Outros meios de prova .....	464
14.3.1.4 Ônus da prova .....	465
14.4 Nulidade .....	466
14.4.1 Atos nulos .....	467
14.4.1.1 Simulação .....	467
14.4.2 Atos anuláveis .....	468
14.4.2.1 Erro .....	468
14.4.2.1.1 Erro de fato ou de direito .....	469
14.4.2.2 Dolo .....	470
14.4.2.3 Coação .....	470
14.4.2.4 Estado de perigo e lesão .....	471
14.4.2.5 Fraude contra credores .....	472
14.4.3 Diferenças entre nulidade e anulabilidade .....	472
14.4.4 A teoria da nulidade no Direito Civil .....	474
14.4.5 A teoria da nulidade no Direito do Trabalho .....	474
14.4.5.1 A contratação irregular na Administração Pública .....	475
14.4.5.2 A impossibilidade do vínculo empregatício em face do “jogo do bicho” .....	475
14.4.5.3 O vínculo de emprego do policial militar .....	476
14.4.5.4 O vínculo de emprego e o trabalho infantil ...	476

14.5	Elementos acidentais.....	476
14.5.1	Condição suspensiva e resolutiva.....	476
14.5.1.1	Condições ilícitas .....	477
14.5.1.2	Condições lícitas.....	477
14.5.1.2.1	Cláusula de não concorrência ...	477
14.5.1.2.2	Cláusula de permanência.....	478
14.5.1.2.3	Cláusula de exclusividade .....	478
14.5.2	Termo.....	478
14.5.3	A problematização dos contratos com termo inicial ou condição suspensiva.....	479
14.5.3.1	Promessa mediante condição suspensiva.....	479
14.5.3.2	Promessa com termo inicial .....	479
14.5.3.3	Empregado à disposição da empresa antes do termo inicial pactuado.....	479
14.5.4	Período de experiência .....	480
14.5.5	Período pré-contratual .....	480
	Questionário.....	481
<b>Capítulo XV – Obrigações do Contrato de Trabalho .....</b>		<b>483</b>
15.1	Visão global.....	483
15.2	Obrigações contratuais básicas.....	483
15.2.1	Atuação com boa-fé .....	483
15.2.2	Diligência e assiduidade .....	483
15.2.3	Fidelidade .....	484
15.2.4	Colaboração .....	484
15.2.5	Cláusula da não concorrência no contrato de trabalho .....	484
15.2.5.1	Conceituação do termo “concorrência” .....	485
15.2.5.2	O pacto de não concorrência nas relações comerciais.....	487
15.2.5.3	O pacto da não concorrência e o término do contrato de trabalho.....	488
15.2.6	Respeito quanto às normas de segurança e medicina do trabalho.....	490
15.2.7	Dever de não discriminar.....	491
15.2.7.1	Princípio da igualdade.....	491
15.2.7.2	O princípio da igualdade no Direito Internacional.....	492
15.2.7.3	Discriminação.....	493
15.2.7.4	A igualdade no trabalho.....	494
15.2.7.5	Os direitos fundamentais no trabalho no âmbito da OIT .....	495

15.2.7.6	Trabalho decente .....	495
15.2.7.7	A discriminação na ótica da OIT .....	496
15.2.7.7.1	Discriminação racial.....	496
15.2.7.7.2	Discriminação por gênero .....	499
15.2.7.8	Discriminação sexual.....	500
15.2.8	Respeito quanto ao direito intelectual .....	501
15.2.8.1	Direito autoral.....	502
15.2.8.2	Direitos de programas de computação.....	503
15.2.8.3	Direito à propriedade industrial (invenção)...	504
15.2.9	Obrigação de proporcionar e prestar trabalho .....	505
15.3	A ilegalidade da prova e o direito da personalidade no direito do trabalho.....	505
15.3.1	Conceito de prova ilegal .....	505
15.3.2	Direito da personalidade e o Direito do Trabalho .....	507
15.3.2.1	Vida privada e intimidade.....	508
15.3.2.1.1	Seleção do empregado .....	510
15.3.2.1.2	Monitoramento audiovisual .....	512
15.3.2.1.3	Captação de comunicação telefônica.....	513
15.3.2.1.4	Monitoramento do <i>e-mail</i> .....	515
15.3.2.1.5	Sujeição à revista .....	518
15.3.2.2	Honra .....	521
15.3.2.3	Imagem .....	521
15.3.2.3.1	Direito de arena do atleta.....	522
15.3.2.4	Outros direitos de personalidade .....	523
15.3.3	O Código Civil e o direito da personalidade. As irradiações no Direito do Trabalho .....	523
15.3.4	Reforma Trabalhista (Lei 13.467) e o dano extrapatrimonial.....	525
15.3.4.1	Introdução.....	525
15.3.4.2	Responsabilidade civil .....	526
15.3.4.3	Teorias da responsabilidade civil .....	527
15.3.4.3.1	Teoria subjetiva.....	527
15.3.4.3.2	Teoria objetiva .....	528
15.3.4.4	Dano extrapatrimonial (moral).....	529
15.3.4.5	Dano extrapatrimonial no âmbito da Reforma Trabalhista.....	530
	Questionário.....	533
	<b>Capítulo XVI – A Onerosidade no Contrato de Trabalho.....</b>	<b>535</b>
16.1	Noção de onerosidade .....	535

16.2	Denominação.....	536
16.3	Conceito de remuneração .....	538
16.4	Conceito de salário.....	538
16.4.1	Distinção entre remuneração e salário .....	539
16.5	Elementos da remuneração.....	540
16.5.1	Essencialidade.....	540
16.5.2	Habitualidade.....	540
16.5.3	Reciprocidade .....	541
16.5.4	Periodicidade .....	541
16.5.5	Quantificação.....	541
16.6	Classificação da remuneração .....	542
16.6.1	Remuneração por unidade de tempo .....	543
16.6.2	Remuneração por unidade de obra.....	543
16.6.3	Remuneração por tarefa .....	544
16.6.4	Remuneração por unidade de lucro .....	544
16.6.5	Remuneração em dinheiro.....	544
16.6.6	Salário <i>in natura</i> ou utilidade .....	545
16.6.6.1	O critério da inclusão da remuneração-utilidade para o cálculo dos demais títulos do contrato de trabalho .....	546
16.6.6.2	Utilidades que não podem ser consideradas como salário <i>in natura</i> .....	546
16.6.7	Remuneração variável.....	548
16.7	Componentes da remuneração.....	549
16.7.1	Adicionais salariais.....	549
16.7.1.1	Adicional de insalubridade .....	549
16.7.1.2	Adicional de periculosidade .....	552
16.7.1.2.1	Adicional de periculosidade no setor de energia elétrica.....	554
16.7.1.2.2	Adicional de periculosidade pelo contato com radiação ionizante ou substância radioativa.....	556
16.7.1.2.3	Adicional de periculosidade nas atividades de segurança pessoal ou patrimonial.....	556
16.7.1.2.4	Adicional de periculosidade para o trabalhador em motocicleta ...	558
16.7.1.3	Adicional de penosidade .....	559
16.7.1.4	Adicional de hora extra .....	559
16.7.1.5	Adicional por tempo de serviço .....	561

16.7.1.6	Adicional noturno.....	561
16.7.1.7	Adicional de transferência .....	562
16.7.1.8	Adicional de sobreaviso.....	563
16.7.2	Outras parcelas salariais .....	564
16.7.2.1	Abonos.....	564
16.7.2.2	Décimo terceiro salário .....	564
16.7.2.3	Gratificação.....	565
16.7.2.4	Gratificação de função.....	566
16.7.2.5	Gratificação da verba SUS.....	567
16.7.2.6	Prêmio .....	569
16.7.2.7	Comissão e percentagem.....	570
16.7.2.8	Gorjetas .....	572
16.7.2.9	Quebra de caixa .....	575
16.7.2.10	Gueltas .....	575
16.7.2.11	Luvras .....	576
16.7.3	Parcelas não salariais.....	577
16.7.3.1	Salário-maternidade .....	577
16.7.3.2	Salário-família .....	578
16.7.3.3	Ajuda de custo e diárias.....	580
16.7.3.4	Participação nos lucros.....	581
16.7.3.5	Verba de representação.....	583
16.7.3.6	<i>Employee stock option</i> .....	583
	Questionário.....	586
	<b>Capítulo XVII – Proteção ao Salário.....</b>	<b>588</b>
17.1	Contra os abusos do empregador.....	589
17.1.1	Retenção dolosa do salário.....	589
17.1.2	Pagamento pessoal e mediante recibo .....	589
17.1.3	Pagamento em moeda corrente.....	590
17.1.3.1	Pagamento de salário em moeda estrangeira...	591
17.1.4	A vedação ao <i>truck system</i> .....	592
17.1.5	Local, dia e hora do pagamento.....	593
17.1.6	Periodicidade e tempestividade do pagamento.....	593
17.1.7	Descontos no salário do empregado.....	594
17.1.7.1	O desconto das multas.....	597
17.1.7.2	Desconto de dívida civil ou comercial.....	598
17.1.7.3	Autorização para desconto de prestações em folha de pagamento .....	599
17.1.7.3.1	Introdução.....	599
17.1.7.3.2	O valor do desconto e a sua sis- temática de cálculo e respectivos limites .....	600



17.1.7.3.3	Os encargos legais do empregador .....	601
17.1.7.3.4	A concessão do empréstimo, financiamento ou arrendamento mercantil ao empregado. Liberação.....	602
17.1.7.3.5	O desconto e o benefício previdenciário.....	604
17.1.7.3.6	O desconto e o término do contrato individual de trabalho .....	604
17.2	Contra os credores do empregador.....	605
17.2.1	A falência e os créditos trabalhistas .....	605
17.2.2	Os precatórios e os créditos trabalhistas .....	606
17.2.2.1	Conceito de Fazenda Pública.....	606
17.2.2.2	Obrigatoriedade do precatório na execução contra a Fazenda Pública.....	606
17.2.2.3	Créditos de natureza alimentícia.....	607
17.2.2.4	Obrigações de pequeno valor contra a Fazenda Pública .....	608
17.2.2.5	Compensação de crédito pela Fazenda Pública.....	609
17.2.2.6	Atualização dos precatórios .....	609
17.2.2.7	Atuação do credor.....	610
17.2.3	Recuperação judicial e os créditos trabalhistas .....	611
17.2.4	Liquidação extrajudicial e os créditos trabalhistas .....	612
17.2.5	Recuperação extrajudicial e o crédito trabalhista .....	612
17.3	Contra os credores do empregado .....	613
17.3.1	Impenhorabilidade do salário.....	613
17.3.2	Penhora sobre créditos trabalhistas .....	615
17.3.3	Penhora sobre conta corrente .....	616
17.3.4	Penhora sobre conta poupança .....	616
17.4	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) .....	617
	Questionário.....	618
	<b>Capítulo XVIII – Igualdade Salarial</b> .....	619
18.1	Igualdade salarial.....	619
18.2	Equiparação salarial.....	620
18.2.1	Requisitos aquisitivos.....	621
18.2.1.1	Indicação do paradigma.....	621
18.2.1.2	Identidade de função .....	621
18.2.1.2.1	A nomenclatura da função.....	622

18.2.1.2.2	Cargo de confiança .....	622
18.2.1.2.3	Trabalho intelectual .....	623
18.2.1.3	Serviço de igual valor.....	623
18.2.1.3.1	Identidade quantitativa .....	623
18.2.1.3.2	Identidade qualitativa.....	624
18.2.1.4	Serviço prestado ao mesmo empregador .....	624
18.2.1.5	Serviço prestado na mesma localidade .....	626
18.2.2	Requisitos obstativos.....	627
18.2.2.1	Diferença de tempo na função .....	627
18.2.2.2	Quadro organizado de carreira .....	628
18.2.2.3	Empregado readaptado .....	629
18.2.3	Ônus da prova.....	629
18.3	Equiparação por equivalência .....	629
18.4	Salário substituição .....	630
18.5	Desvio de função .....	631
18.6	Acúmulo de funções .....	632
18.7	Salário equitativo.....	633
18.8	Igualdade salarial e a Administração Pública.....	633
	Questionário.....	635
<b>Capítulo XIX – Duração do Trabalho .....</b>		<b>637</b>
19.1	Histórico .....	637
19.2	Denominação.....	638
19.3	Fundamentos .....	638
19.4	Natureza jurídica .....	638
19.5	Conceito de jornada de trabalho.....	639
19.5.1	A duração da jornada de trabalho.....	641
19.5.2	O regime de tempo parcial.....	643
19.5.3	Ônus da prova quanto à jornada suplementar .....	644
19.5.3.1	Os cartões de ponto e o encargo probatório.....	645
19.5.4	Os cartões de ponto e a apuração da jornada suplementar.....	647
19.5.5	Cursos fornecidos ou pagos pelo empregador .....	647
19.6	Conceito de hora extra .....	648
19.6.1	Exclusão da jornada suplementar .....	648
19.6.1.1	Atividades externas .....	649
19.6.1.2	Encargos de gestão .....	649
19.6.1.3	Regime de teletrabalho.....	651
19.6.2	Prorrogação da jornada diária de trabalho.....	651
19.6.2.1	Acordo de prorrogação de horas.....	651

19.6.2.2	Acordo de compensação .....	654
19.6.2.2.1	Compensação anual e semestral ...	655
19.6.2.2.2	Compensação semanal, mensal e a semana espanhola .....	656
19.6.2.3	Necessidade imperiosa .....	659
19.6.2.3.1	Força maior .....	659
19.6.2.3.2	Serviços inadiáveis .....	660
19.6.2.3.3	Recuperação de horas.....	660
19.6.2.4	O percentual do adicional da hora extra e a base de cálculo .....	661
19.6.2.5	Critério para a incidência das horas extras....	661
19.6.2.5.1	Reflexos em domingos e feria- dos .....	664
19.7	Turnos ininterruptos de revezamento .....	665
19.7.1	O intervalo interjornada e os turnos ininterruptos de reve- zamento .....	667
19.7.2	A questão do salário-hora pelos turnos ininterruptos de revezamento .....	667
19.8	Sobreaviso .....	670
19.9	Prontidão.....	672
19.10	Trabalho em regime de 12 x 36 e outras jornadas .....	672
19.11	Adicional noturno .....	674
19.11.1	Quadro sinótico – trabalhador urbano .....	675
19.12	Tempo de espera.....	677
19.13	Tempo de reserva .....	678
	Questionário.....	679
<b>Capítulo XX</b>	<b>Intervalos para Descanso .....</b>	<b>681</b>
20.1	Intervalos.....	681
20.1.1	Intervalo intrajornada.....	682
20.1.2	Intervalo interjornada.....	687
20.1.3	Intervalos especiais .....	689
20.1.3.1	Serviços de mecanografia.....	689
20.1.3.2	Serviços em frigoríficos.....	689
20.1.3.3	Mineiros .....	690
20.1.3.4	Serviços de telefonia, radiotelefonia e radiote- legrafia .....	690
20.1.3.5	Mulher em fase de amamentação.....	690
20.1.3.6	Médicos .....	691
20.1.3.7	Mulher e a jornada extraordinária.....	691
20.1.3.8	Outras pausas.....	692
	Questionário.....	692

<b>Capítulo XXI – Descanso Semanal Remunerado</b> .....	693
21.1 Denominação.....	693
21.2 Conceito .....	693
21.3 Natureza jurídica.....	694
21.4 A vigência ou não dos arts. 67 a 70 da CLT.....	694
21.5 Trabalhadores beneficiários.....	695
21.6 Remuneração .....	696
21.6.1 Horas extras .....	696
21.6.2 Comissionistas.....	697
21.6.3 Gratificações e gorjetas.....	697
21.6.4 Férias.....	697
21.6.5 Bancários .....	698
21.6.6 Professores.....	698
21.6.7 Incidência do adicional de insalubridade ou periculosidade....	698
21.6.8 Condição de pagamento.....	698
21.7 Feriados .....	700
21.8 O descanso semanal e feriado trabalhado.....	701
21.8.1 A questão da remuneração dos descansos trabalhados .....	702
21.8.2 A coincidência do descanso semanal remunerado com o domingo.....	703
Questionário.....	704
<b>Capítulo XXII – Férias</b> .....	705
22.1 Conceito .....	705
22.2 Obrigações.....	705
22.3 Regras básicas .....	706
22.4 Períodos: aquisitivo e concessivo. Duração .....	706
22.5 Perda do direito de férias.....	709
22.6 Da concessão das férias .....	710
22.7 Férias coletivas.....	712
22.7.1 Períodos.....	713
22.7.2 Comunicações .....	713
22.7.3 Empregados com menos de 12 meses .....	713
22.7.4 Empregados com mais de 12 meses.....	714
22.7.5 Anotação de férias.....	714
22.8 Remuneração .....	714
22.9 Abono de férias.....	715
22.10 Efeitos da cessação do contrato de trabalho.....	716
22.11 Prescrição .....	718
22.12 A quem se aplica as férias?.....	719
Questionário.....	720

<b>Capítulo XXIII – Alteração do Contrato de Trabalho</b> .....	722
23.1 A força obrigatória dos contratos e o dirigismo contratual.....	722
23.2 O conceito de alteração .....	723
23.3 A alteração contratual voluntária e o princípio da imodificabilidade .....	724
23.4 <i>Jus variandi</i> .....	725
23.5 Espécies de alterações do contrato de trabalho.....	725
23.5.1 Alteração de função .....	725
23.5.2 Alteração salarial .....	727
23.5.3 Alteração de jornada de trabalho.....	728
23.5.4 Alteração do local de trabalho.....	729
23.5.4.1 Cargo de confiança .....	730
23.5.4.2 Cláusulas: explícita e implícita .....	731
23.5.4.3 Extinção do estabelecimento .....	731
23.6 Transferência provisória.....	732
23.7 Transferência para o exterior.....	733
23.8 Garantia contra a transferência abusiva.....	735
Questionário.....	735
<b>Capítulo XXIV – Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho</b> .....	736
24.1 Conceito de suspensão e interrupção .....	736
24.2 Espécies e seus efeitos.....	736
24.2.1 Aborto.....	736
24.2.2 Faltas por motivo de saúde. Auxílio-doença .....	737
24.2.3 Acidente de trabalho.....	738
24.2.4 Aposentadoria por invalidez.....	738
24.2.5 Aviso prévio .....	739
24.2.6 Empregado eleito para o cargo de diretor .....	740
24.2.7 Encargo público.....	740
24.2.8 Faltas ao serviço.....	740
24.2.8.1 Nojo.....	741
24.2.8.2 Gala .....	742
24.2.8.3 Licença-paternidade .....	742
24.2.8.4 Doação de sangue.....	743
24.2.8.5 Obrigações perante a Justiça Eleitoral.....	743
24.2.8.6 Obrigações com o serviço militar .....	743
24.2.8.7 Prestação de vestibular .....	744
24.2.8.8 Testemunhas e jurados .....	744
24.2.8.9 Ajuizamento de ação.....	744
24.2.8.10 Conselhos.....	745

24.2.8.11	Reunião oficial de organismo internacional...	745
24.2.8.12	Outras hipóteses .....	745
24.2.9	Férias .....	745
24.2.10	Greve .....	746
24.2.11	<i>Lockout</i> .....	746
24.2.12	Inquérito para apuração de falta grave .....	746
24.2.13	Intervalos .....	747
24.2.14	Sobreaviso e prontidão .....	747
24.2.15	Repouso semanal remunerado .....	747
24.2.16	Representação sindical .....	747
24.2.17	Licença gestante e adoção e guarda .....	747
24.2.18	Segurança nacional .....	748
24.2.19	Suspensão disciplinar .....	748
24.2.20	Suspensão para qualificação profissional (lay-off) .....	748
24.2.21	Medida cautelar criminal .....	750
24.2.22	Amamentação .....	750
24.3	O contrato de trabalho e a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) .....	751
24.4	Efeitos da suspensão e da interrupção .....	753
24.5	Dispensa do empregado no curso da suspensão ou da interrupção	755
	Questionário .....	756
<b>Capítulo XXV – Término do Contrato de Trabalho .....</b>		<b>757</b>
25.1	Terminologia .....	757
25.2	Causas terminativas do contrato de trabalho .....	758
25.2.1	Causas terminativas do contrato de trabalho – relacionadas à vontade das partes .....	758
25.2.1.1	Pedido de demissão .....	758
25.2.1.2	A dispensa do empregado .....	760
25.2.1.2.1	Dispensa arbitrária .....	760
25.2.1.2.2	Dispensa do empregado sem justa causa .....	763
25.2.1.2.3	Dispensa coletiva .....	763
25.2.1.3	Por acordo mútuo das partes .....	767
25.2.2	Causas terminativas do contrato de trabalho – relacionadas ao não cumprimento das obrigações contratuais .....	768
25.2.2.1	Dispensa do empregado com justa causa (dispensa motivada) .....	768
25.2.2.1.1	Aspectos gerais da justa causa ...	768
25.2.2.1.2	Elementos .....	770
25.2.2.1.3	Hipóteses legais .....	772

25.2.2.2	Rescisão indireta do contrato de trabalho (dispensa indireta).....	779
25.2.2.2.1	Hipóteses.....	780
25.2.2.3	Culpa recíproca.....	793
25.2.3	Causas terminativas do contrato de trabalho – causas supervenientes.....	794
25.2.3.1	Morte do empregado.....	794
25.2.3.2	Morte do empregador pessoa natural.....	794
25.2.3.3	Extinção da empresa.....	795
25.2.3.4	Força maior e caso fortuito.....	795
25.2.3.5	<i>Factum principis</i> .....	797
25.2.3.6	Aposentadoria.....	798
25.2.3.7	Transcurso do prazo pactuado – contrato por prazo determinado.....	800
25.2.4	A decretação da falência e o contrato individual de trabalho.....	801
25.2.5	A Lei Anticorrupção e os direitos trabalhistas.....	802
25.2.6	Arbitragem e o contrato individual do trabalho.....	802
	Questionário.....	804
	<b>Capítulo XXVI – Aviso prévio</b> .....	807
26.1	Concepção clássica do aviso prévio.....	807
26.2	Concepção contemporânea do aviso prévio.....	807
26.3	Conceito e natureza jurídica.....	809
26.4	Irrenunciabilidade.....	809
26.5	Prazos.....	810
26.5.1	Regulamentação infraconstitucional: Lei 12.506/11.....	812
26.5.2	Início da contagem dos três dias.....	812
26.5.3	Contagem do lapso temporal inferior a um ano.....	813
26.5.4	Aplicação da Lei 12.506/11 e o tempo de serviço anterior à sua vigência.....	813
26.5.5	A Lei 12.506/11 tem efeito retroativo?.....	813
26.5.6	Contratos rescindidos antes da Lei 12.506/11.....	814
26.6	Cabimento.....	815
26.7	Forma.....	816
26.8	Os efeitos do aviso prévio.....	816
26.8.1	O aviso prévio do empregador.....	816
26.8.1.1	O empregador e a proporcionalidade do aviso prévio.....	817
26.8.2	Aviso prévio do empregado.....	817
26.8.2.1	Empregado e a Lei 12.506/11.....	818

26.8.3	Aviso prévio e a anotação na CTPS .....	819
26.8.4	Aviso prévio e o reajuste salarial coletivo.....	819
26.8.5	Aviso prévio e a indenização adicional.....	820
26.8.6	Aviso prévio e a reconsideração .....	820
26.8.7	A ocorrência da justa causa na fluência do aviso prévio....	820
26.8.8	Aviso prévio e estabilidade.....	821
26.8.9	Aviso prévio e a doença ou o acidente do trabalho .....	821
26.9	Aviso prévio cumprido em casa .....	823
26.10	Aviso prévio e a prescrição.....	824
26.11	Valor do aviso prévio .....	825
26.12	Aviso prévio e a contribuição previdenciária .....	825
	Questionário.....	826
<b>Capítulo XXVII – Garantia e Estabilidade de Emprego .....</b>		<b>827</b>
27.1	Conceitos de estabilidade e garantia de emprego .....	827
27.2	Estabilidade decenal.....	829
27.2.1	Exclusão à estabilidade decenal.....	830
27.2.2	Despedida de empregado estável decenal .....	830
27.2.3	Falta grave.....	831
27.2.4	Readmissão e reintegração.....	831
27.2.5	Renúncia à estabilidade .....	832
27.2.6	Homologação do pedido de demissão.....	833
27.2.7	Dispensa obstativa.....	833
27.3	Estabilidades provisórias.....	833
27.3.1	Dirigente sindical .....	833
27.3.2	Membro da CIPA .....	835
27.3.3	Gestante .....	837
27.3.4	Acidentado .....	840
27.3.5	Representante no Conselho Curador do Fundo de Garantia .....	842
27.3.6	Representante no Conselho Nacional de Previdência Social .....	842
27.3.7	Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas ....	842
27.3.8	Membros da Comissão de Conciliação Prévia .....	843
27.3.9	Aidético .....	844
27.3.10	Membros da comissão de representação dos empregados	846
27.3.11	A questão da reintegração nas estabilidades provisórias ...	847
27.4	Concessão do aviso prévio no período da estabilidade.....	847
27.5	Aquisição da estabilidade na fluência do aviso prévio (indenizado ou laborado).....	848



27.6	Estabilidade e o contrato por prazo determinado .....	850
27.6.1	Gestante e o contrato temporário (Lei 6.019/74) .....	853
27.7	Estabilidade e aposentadoria .....	855
27.8	Estabilidade e a extinção do estabelecimento ou da empresa .....	856
	Questionário.....	856
<b>Capítulo XXVIII – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço .....</b>		<b>858</b>
28.1	Conceito .....	858
28.2	Natureza jurídica .....	859
28.3	Campo de aplicação .....	860
28.4	Opção retroativa.....	861
28.5	Os depósitos no FGTS.....	861
28.5.1	Os depósitos e seus efeitos no término do contrato de trabalho.....	862
28.5.2	Os atrasos quanto aos recolhimentos fundiários .....	864
28.5.3	Diferenças fundiárias e o encargo probatório .....	865
28.6	A prescrição do FGTS.....	865
28.7	Os depósitos fundiários e a Lei 9.601/98.....	868
28.8	Os depósitos fundiários e os expurgos inflacionários.....	869
<b>Capítulo XXIX – Indenização .....</b>		<b>871</b>
29.1	Conceito de indenização .....	871
29.2	A indenização como um direito social do empregado.....	872
29.3	A indenização prevista na CLT .....	873
29.4	Indenização adicional.....	874
	Questionário.....	876
<b>Capítulo XXX – A Dispensa do Empregado como Obstativa de Direitos.....</b>		<b>877</b>
30.1	A dispensa do empregado pelo empregador .....	877
30.2	Dispensa obstativa.....	877
30.3	Principiologia do Direito do Trabalho .....	878
30.4	A dispensa do empregado como obstáculo à estabilidade.....	880
	Questionário.....	882
<b>Capítulo XXXI – A Decadência e a Prescrição .....</b>		<b>883</b>
31.1	Conceitos e distinções da prescrição e da decadência.....	883
31.2	Hipóteses de decadência no Direito do Trabalho .....	885
31.3	Prescrição trabalhista.....	885
31.3.1	Causas impeditivas e suspensivas da prescrição trabalhista .....	885
31.3.2	Causas interruptivas da prescrição trabalhista.....	888
31.3.3	Prazos prescricionais trabalhistas .....	889

31.3.4	Ações declaratórias.....	891
31.3.5	Férias.....	891
31.3.6	Parcelas oriundas de sentença normativa .....	891
31.3.7	Ato único do empregador (prescrição total e parcial).....	891
31.3.8	Legitimidade para arguição da prescrição .....	892
31.3.9	Momento de arguição no processo de conhecimento.....	893
31.3.10	Períodos descontínuos de trabalho.....	893
31.3.11	Equiparação salarial.....	893
31.3.12	Desvio de função .....	894
31.3.13	Aviso prévio .....	894
31.3.14	Prescrição do trabalhador avulso.....	894
	Questionário.....	895
<b>Capítulo XXXII – Assistência sindical e o Contrato de Trabalho .....</b>		<b>896</b>
32.1	Assistência.....	896
32.2	O alcance da quitação.....	899
32.3	A época para pagamento das verbas rescisórias.....	902
32.3.1	Prazos.....	902
32.3.1.1	Aviso prévio cumprido em casa .....	903
32.3.2	Multas .....	903
32.3.3	Prova do atraso .....	903
32.3.4	A quem se aplicam os prazos e as multas do art. 477 da CLT?.....	904
32.3.5	A contagem do prazo.....	904
32.3.6	Pagamento à vista.....	905
32.3.7	Força maior e caso fortuito .....	905
32.3.8	A multa e a demanda trabalhista.....	905
32.3.9	A proporcionalidade na aplicação da multa .....	906
32.3.10	O valor da multa.....	906
32.4	O pagamento das verbas rescisórias com acréscimo de 50% .....	906
32.4.1	A quem se aplica o art. 467 da CLT?.....	907
32.4.2	Requisitos .....	907
32.4.3	Conceito de verbas rescisórias.....	907
32.4.4	Pode haver a aplicação de ofício pelo juiz? .....	908
32.4.5	Revelia.....	908
32.5	Quitação anual das obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista – Lei 13.467/17) .....	908
	Questionário.....	908
<b>Capítulo XXXIII – Identificação e Registro Profissional.....</b>		<b>910</b>
33.1	A definição da CTPS.....	910

33.2	As anotações na CTPS.....	911
33.3	O procedimento administrativo quanto à falta ou recusa de anotação na CTPS.....	912
33.4	A CTPS e a legislação criminal.....	915
33.5	A omissão quanto ao registro na CTPS é crime? .....	916
33.6	A CTPS e o dano moral.....	917
	Questionário.....	919
<b>Capítulo XXXIV – Critérios de Não Discriminação no Trabalho.....</b>		<b>920</b>
34.1	Princípio da igualdade.....	920
34.2	Discriminação.....	921
34.3	A discriminação na ótica da Organização Internacional do Trabalho (OIT).....	922
34.4	Critérios genéricos de proteção contra a discriminação.....	923
34.5	Critérios específicos contra a discriminação.....	925
34.5.1	Trabalhadores urbanos e rurais.....	925
34.5.2	Trabalho intelectual, técnico e manual.....	925
34.5.3	Proteção do mercado de trabalho da mulher .....	926
34.5.4	Discriminação por motivo de sexo, idade, estado civil e cor.....	926
34.5.5	Pessoa com deficiência .....	928
34.5.6	Trabalhador com vínculo empregatício permanente e trabalhador avulso.....	928
34.5.7	Empregado comum e empregado em domicílio.....	928
34.5.8	Empregado com HIV ou doença grave .....	929
	Questionário.....	929
<b>Capítulo XXXV – Trabalho da Mulher .....</b>		<b>931</b>
35.1	Âmbito internacional.....	931
35.2	A evolução da proteção do trabalho da mulher no Brasil .....	933
35.3	Fundamentos para a proteção do trabalho da mulher .....	936
35.4	A contratação do trabalho da mulher.....	937
35.5	Duração do trabalho.....	937
35.6	Salário .....	937
35.7	Trabalho noturno .....	937
35.8	Períodos de descanso .....	937
35.9	Trabalho proibido.....	939
35.10	Métodos e locais de trabalho .....	939
35.11	Proteção à maternidade.....	939
35.11.1	Será a licença-maternidade aplicável à mãe adotiva?.....	941
35.12	Práticas discriminatórias contra a mulher.....	942

35.13 Amamentação.....	944
35.14 Maternidade e o ambiente de trabalho.....	945
35.15 Estabilidade da gestante.....	946
35.15.1 Pedido de reintegração ou indenização.....	946
35.15.2 A confirmação da gravidez.....	948
35.15.3 A estabilidade de emprego da gestante e o contrato de experiência.....	950
35.15.4 A estabilidade de emprego da gestante no curso do aviso prévio.....	951
35.15.5 A estabilidade de emprego e a empregada doméstica.....	951
35.16 Proteção do mercado de trabalho da mulher.....	952
35.17 Creche no local de trabalho.....	953
Questionário.....	953
<b>Capítulo XXXVI – Trabalho da Criança e do Adolescente.....</b>	<b>955</b>
36.1 Breve esboço histórico da proteção legal.....	955
36.2 Denominação.....	958
36.3 Fundamentos da proteção.....	959
36.4 Normas de proteção do trabalho da criança e do adolescente.....	961
36.4.1 Idade.....	961
36.4.1.1 Artistas mirins.....	962
36.4.1.2 Emancipação.....	963
36.4.2 Duração do trabalho.....	964
36.4.3 Trabalho noturno.....	964
36.4.4 Trabalho insalubre ou perigoso.....	965
36.4.5 Trabalho penoso.....	965
36.4.6 Serviços prejudiciais.....	966
36.4.7 Férias.....	967
36.5 Deveres e responsabilidades em relação ao menor.....	967
36.6 Registro de menores.....	968
36.7 Recibo de quitação e de pagamento.....	968
36.8 Contrato de aprendizagem.....	969
36.9 Trabalho educativo (ECA).....	974
36.10 Oficina familiar.....	976
Questionário.....	977
<b>Capítulo XXXVII – A Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho.....</b>	<b>978</b>
37.1 Introdução.....	978
37.2 Terminologia.....	979
37.3 Quem são as pessoas com deficiência física ou mental?.....	981
37.4 Aspectos da proteção legal.....	983

37.5	Proteção legal no Brasil .....	985
37.6	Garantia no emprego ou estabilidade.....	988
37.7	Obstáculos.....	991
37.8	Deficiência na formação profissional .....	992
37.9	Tecnologia .....	992
37.10	Habilitação e reabilitação .....	992
37.11	Flexibilização do direito do trabalho.....	993
37.12	Reservas de mercado de trabalho.....	993
	Questionário.....	994
<b>Capítulo XXXVIII – Fiscalização do Trabalho.....</b>		<b>995</b>
38.1	Conceito de Fiscalização do Trabalho .....	995
38.2	A fiscalização do trabalho nos planos internacional e nacional .....	995
38.3	Procedimento da fiscalização trabalhista.....	999
38.3.1	Fiscalização, da autuação e da imposição das multas.....	1000
38.3.2	Fiscalização orientadora para as microempresas e as empresas de pequeno porte.....	1004
38.3.3	Fiscalização para relação de trabalho doméstico .....	1004
38.3.4	Recursos administrativos .....	1005
38.3.5	Depósito, da inscrição e da cobrança da multa .....	1005
	Questionário.....	1006
<b>Capítulo XXXIX – Direito Ambiental do Trabalho .....</b>		<b>1007</b>
39.1	Conceito de direito ambiental .....	1007
39.2	Conceito de meio ambiente .....	1008
39.3	Medicina e segurança do trabalho .....	1009
39.3.1	Regras gerais .....	1012
39.3.2	Inspeção prévia e do embargo ou interdição.....	1013
39.3.3	Medidas preventivas de medicina do trabalho.....	1014
39.3.4	Condições de segurança .....	1015
39.3.4.1	Equipamentos de proteção individual.....	1016
39.3.4.2	Órgãos de segurança e medicina do trabalho nas empresas .....	1017
39.3.4.3	Edificações .....	1018
39.3.4.4	Iluminação .....	1019
39.3.4.5	Conforto térmico .....	1019
39.3.4.6	Instalações elétricas.....	1019
39.3.4.7	Movimentação, armazenagem e manuseio de materiais .....	1019
39.3.4.8	Máquinas e equipamentos .....	1020
39.3.4.9	Caldeiras, fornos e recipientes sob pressão.....	1020
39.3.4.10	Ergonomia.....	1021

39.3.4.11	Outras medidas especiais de proteção.....	1021
39.3.4.12	Exposição a produtos fumígenos derivados ou não do tabaco.....	1022
39.4	Atividades insalubres, perigosas e penosas.....	1023
39.4.1	Insalubridade .....	1023
39.4.2	Periculosidade.....	1027
39.4.2.1	Adicional de periculosidade no setor de energia elétrica.....	1029
39.4.2.2	Adicional de periculosidade pelo contato com radiação ionizante ou substância radioativa...	1030
39.4.2.3	Adicional de periculosidade nas atividades de segurança pessoal ou patrimonial.....	1031
39.4.2.4	Adicional de periculosidade para o trabalhador em motocicleta .....	1033
39.4.3	Penosidade .....	1033
39.4.4	Perícia técnica .....	1034
	Questionário.....	1036
<b>Capítulo XL – Política Salarial</b> .....		1037
40.1	Conceito de política salarial.....	1037
40.2	Salário mínimo .....	1037
40.3	Salário profissional.....	1039
40.3.1	Pisos salariais estaduais .....	1040
40.4	Histórico da política salarial brasileira.....	1042
	Questionário.....	1044

## PARTE V

### CONTRATOS ESPECIAIS DE TRABALHO

<b>Capítulo I – Advogado</b> .....		1048
1.1	Salário profissional.....	1048
1.2	Jornada de trabalho.....	1048
1.3	Verba honorária.....	1050
1.4	Negociação coletiva.....	1051
1.5	Contribuição sindical .....	1051
	Questionário.....	1051
<b>Capítulo II – Atleta Profissional de Futebol</b> .....		1052
2.1	Introdução.....	1052
2.2	Evolução legislativa .....	1053
2.3	Organização do desporto brasileiro.....	1053

2.4	Contrato de trabalho do atleta profissional.....	1055
2.4.1	Regras gerais .....	1055
2.4.2	Trabalhador autônomo .....	1056
2.4.3	Atleta em formação (não profissional).....	1057
2.4.4	Primeiro contrato do atleta profissional.....	1057
2.4.5	Cláusulas: indenizatória esportiva e compensatória esportiva .....	1059
2.4.6	Suspensão do contrato de trabalho .....	1059
2.4.7	Término do contrato de trabalho .....	1059
2.4.8	Transferência ou cessão do atleta .....	1060
2.4.9	Participação em seleção.....	1061
2.4.10	Direito de imagem e de arena.....	1061
2.4.11	Seguro de vida.....	1065
2.4.12	Atleta profissional estrangeiro.....	1065
2.4.13	Poder disciplinar do empregador e a competência da Justiça do Trabalho .....	1066
2.4.14	Remuneração .....	1067
2.4.15	Jornada.....	1068
2.4.16	Concentração .....	1069
2.4.17	Férias.....	1070
2.4.18	Prescrição .....	1070
2.4.19	Exames.....	1070
	Questionário.....	1071
	<b>Capítulo III – Bancário.....</b>	<b>1072</b>
3.1	Jornada de trabalho.....	1072
3.2	Cargo de confiança.....	1073
3.3	Hora extra.....	1075
3.4	Remuneração .....	1075
3.5	Justa causa .....	1076
3.6	Sucessão.....	1076
	Questionário.....	1076
	<b>Capítulo IV – Contrato por Prazo Indeterminado e Determinado.....</b>	<b>1077</b>
4.1	Contrato por prazo indeterminado .....	1077
4.2	Contrato por prazo determinado.....	1078
4.2.1	Renovação: consequências.....	1078
4.3	Contrato de experiência .....	1079
4.3.1	Consequências do descumprimento.....	1081
4.4	Contratos de safra .....	1082
4.5	Contrato de temporada .....	1082

4.6	Contrato de trabalho por obra certa (Lei 2.959/56) .....	1082
4.7	Contrato de trabalho por equipe.....	1084
4.8	Contrato por prazo determinado (Lei 9.601/98 e Decreto 2.490/98).....	1085
4.9	Contrato de trabalho intermitente.....	1087
4.9.1	Aspectos legais do contrato de trabalho intermitente .....	1087
4.9.1.1	Conceito legal .....	1087
4.9.1.2	Forma. Cláusulas contratuais obrigatórias e facultativas.....	1087
4.9.1.3	Convocação do empregado para a execução das tarefas contratuais .....	1088
4.9.1.4	Pagamento dos salários e das contribuições do INSS e do FGTS.....	1088
4.9.2	Inconstitucionalidade das regras quanto ao pagamento do 13º salário e das férias .....	1088
4.9.3	Salário mínimo. Trabalho decente .....	1090
4.9.4	Inconstitucionalidade da multa legal.....	1091
4.9.5	Trabalho intermitente e risco para terceiros.....	1091
4.9.6	Trabalho intermitente. Permanência do trabalhador dentro ou fora do estabelecimento do empregador por conveniência deste último. Tempo de serviço .....	1092
4.6.7	Inconstitucionalidade do Regulamento do Trabalho Intermitente .....	1092
	Questionário.....	1093
	<b>Capítulo V – Empregado Doméstico</b> .....	1094
5.1	Aspectos do contrato de trabalho do empregado doméstico .....	1094
5.1.1	Quais são as normas legais aplicáveis ao trabalho doméstico? .....	1094
5.1.2	Quem é o empregado doméstico? .....	1096
5.1.3	Qual é a idade mínima para ser contratado como empregado doméstico?.....	1096
5.1.4	Quem é o empregador doméstico? .....	1096
5.1.5	Como distinguir a figura do “empregado doméstico” da “diarista”?.....	1097
5.1.6	As leis trabalhistas atingem os contratos de trabalho já vigentes?.....	1097
5.1.7	Com a Emenda Constitucional 72/13, como ficou o contrato de trabalho do empregado doméstico já existente? Como ficam os contratos a partir da LC 150? .....	1098
5.1.8	Como fazer o registro do empregado doméstico? .....	1099



5.1.9	É necessário também um contrato escrito? .....	1099
5.1.10	É válido o contrato por prazo determinado para o empregado doméstico? .....	1100
5.2	Questões e dúvidas sobre a remuneração e salário do empregado...	1101
5.2.1	O empregado doméstico tem direito ao salário mínimo?.....	1101
5.2.2	Existe um “salário mínimo estadual” para empregado doméstico? .....	1101
5.2.3	Posso pagar um salário inferior ao salário mínimo nacional ou ao piso salarial estadual para o doméstico considerando o número de horas contratadas?.....	1101
5.2.4	A alimentação e a moradia são espécies de salário utilidade ( <i>in natura</i> ) para o empregado doméstico? .....	1102
5.2.5	É necessário ter recibos dos pagamentos realizados? .....	1102
5.3	Proteção do salário .....	1102
5.3.1	O salário do empregado doméstico pode ser reduzido?....	1102
5.3.2	O salário produção pode ser inferior ao salário mínimo? .....	1103
5.3.3	É obrigatório o pagamento do salário em moeda corrente?.....	1103
5.3.4	Há exigência quanto ao local, dia e hora para o pagamento do salário?.....	1103
5.3.5	Há regras quanto à periodicidade e tempestividade do pagamento do salário? .....	1103
5.3.6	O empregador doméstico pode efetuar descontos no salário do empregado doméstico?.....	1104
5.3.7	O salário do empregado doméstico é penhorável? .....	1104
5.3.8	O empregador doméstico pode pagar salários diferentes para seus empregados? .....	1105
5.3.9	A proteção salarial é aplicável ao empregado doméstico portador de deficiência? .....	1105
5.3.10	O que significa dizer que o crédito trabalhista é privilegiado? .....	1105
5.4	A jornada de trabalho diária e semanal do empregado .....	1105
5.4.1	Qual é a jornada de trabalho do empregado doméstico?...	1105
5.4.2	É possível para o empregado doméstico a fixação contratual da jornada a tempo parcial? .....	1106
5.4.3	O empregado doméstico tem direito à percepção de hora extra? .....	1107
5.4.4	Em quais hipóteses o empregado doméstico é obrigado a prestar horas extras?.....	1107
5.4.4.1	O que vem a ser o acordo de prorrogação de horas?.....	1107

5.4.4.2	O que é o acordo de compensação? .....	1108
5.4.4.2.1	Como se dá a compensação anual? .....	1108
5.4.4.2.2	Como pode ocorrer a compensação semanal? .....	1110
5.4.4.2.3	O que vem a ser a “semana espanhola”? .....	1110
5.4.4.3	O que a lei considera como necessidade imperiosa que justifique a prorrogação da jornada de trabalho? .....	1111
5.4.4.3.1	O que é considerado “força maior”? .....	1111
5.4.4.3.2	O que podem ser considerados como serviços inadiáveis? .....	1111
5.4.5	As folgas e os feriados laborados podem ser computados no banco de horas para fins de compensação? .....	1111
5.4.6	Caso o empregado trabalhe no dia de folga ou feriado, ele tem direito ao recebimento de horas extras? .....	1112
5.4.7	É obrigatória para o empregado doméstico a adoção de controle formal de jornada de trabalho (cartão de ponto ou livro de ponto)? .....	1112
5.4.8	Na hipótese de o empregado doméstico residir no local, como é que fica a duração da jornada de trabalho? .....	1113
5.4.9	É possível a adoção de “jornada flexível” para o empregado doméstico? .....	1113
5.4.10	É possível o regime de trabalho 12 x 36 para o empregado doméstico? .....	1114
5.4.11	Como fica a situação do empregado doméstico em viagens com o empregador .....	1114
5.5	Trabalho realizado no período noturno .....	1115
5.6	Intervalos diários e semanais (finais de semana e feriados) .....	1115
5.6.1	Como é o intervalo para refeição e descanso do empregado doméstico? .....	1115
5.6.2	Existe um número de horas mínimo entre o término de uma jornada de trabalho e início da outra? .....	1116
5.6.3	O empregado tem direito de descansar aos domingos e feriados? .....	1116
5.6.4	O descanso do empregado doméstico deve ser sempre aos domingos? .....	1117
5.6.5	Como calcular e pagar o descanso semanal? .....	1117

5.7	O direito às férias do empregado doméstico .....	1118
5.7.1	Quem marca o período de férias do empregado? .....	1118
5.7.2	Quantos são os dias de férias? Elas podem ser divididas?....	1118
5.7.3	O que significa “férias vencidas”, “proporcionais”, “dobradas” e “indenizadas”?.....	1118
5.7.4	Qual é o valor a ser pago a título de férias? Qual é o prazo para pagamento?.....	1119
5.7.5	Férias do empregador também são férias para o empregado quando estão em viagem? .....	1119
5.7.6	Existe a possibilidade de o empregado doméstico perder o direito às férias? .....	1120
5.7.7	O empregado doméstico tem direito ao abono de férias?....	1121
5.7.8	Como ficam as férias em caso de extinção do contrato de trabalho? .....	1121
5.8	O 13º salário do empregado doméstico.....	1121
5.8.1	O empregado doméstico tem direito ao 13º salário?.....	1121
5.8.2	Qual é o valor do 13º salário e como calcular? .....	1121
5.8.3	Quando deve ser pago o 13º salário? .....	1122
5.9	Proteção à maternidade e à paternidade .....	1122
5.9.1	A empregada doméstica tem os mesmos direitos que outras empregadas no que diz respeito à maternidade?.....	1122
5.9.2	A empregada doméstica tem direito à estabilidade gestante?.....	1122
5.9.3	É possível exigir exames de gravidez da empregada doméstica? .....	1122
5.9.4	Se a empregada ficar grávida no curso do contrato de experiência?.....	1123
5.9.5	E quando a empregada ficar grávida no curso do aviso prévio?.....	1123
5.9.6	Como compatibilizar o trabalho do dia a dia da empregada doméstica com a gravidez?.....	1123
5.9.7	Como funciona a licença-maternidade? .....	1123
5.9.8	Em caso de aborto, qual é o direito da empregada?.....	1124
5.9.9	A empregada que adota uma criança tem algum direito?....	1124
5.9.10	É dever de o empregador pagar o salário-maternidade no período da licença-gestante ou decorrente de adoção de uma criança? .....	1124
5.9.11	Quais são as consequências da ruptura do contrato de trabalho da empregada estável?.....	1124
5.9.12	Pode ocorrer a dispensa com justa causa da empregada estável? .....	1124

5.9.13	Em caso de abuso ou violação de direitos, pode a empregada considerar extinto o contrato de trabalho? .....	1125
5.9.14	Qual é o direito do empregado que se tornar pai? .....	1125
5.10	O ambiente de trabalho, a doença e o acidente do trabalho.....	1125
5.10.1	O que pode ser considerado ambiente de trabalho no caso do empregado doméstico?.....	1125
5.10.2	De quem é o dever de zelar pelo meio ambiente de trabalho? .....	1125
5.10.3	Existem normas que disciplinam o ambiente de trabalho?.....	1125
5.10.4	Quais são as NRs aplicadas aos empregados domésticos? ...	1126
5.10.5	Como proceder quanto à realização de exames médicos? ...	1127
5.10.6	Cabe ao empregador fornecer e fiscalizar o uso de equipamentos de proteção? .....	1127
5.10.7	O que são as regras de ergonomia no trabalho? Como aplicá-las? .....	1127
5.10.8	O que pode ser considerado doença ou acidente do trabalho? .....	1128
5.10.9	Quem pode caracterizar uma doença ou acidente como decorrente do trabalho?.....	1129
5.10.10	Em caso de acidente ou doença do trabalho, o que deve fazer o empregador?.....	1130
5.10.11	O empregado doméstico tem direito à estabilidade decorrente do acidente de trabalho?.....	1130
5.10.12	No caso de acidente do trabalho, quais são os efeitos jurídicos?.....	1130
5.11	O pedido de demissão do empregado e a dispensa imotivada por parte do empregador.....	1130
5.11.1	O que é o pedido de demissão? .....	1130
5.11.2	O que é a dispensa imotivada?.....	1131
5.11.3	Como se dá a extinção por mútuo acordo? .....	1131
5.11.4	O empregado doméstico tem direito à proteção em caso de dispensa arbitrária ou sem justa causa?.....	1131
5.11.5	Existem limitações ao direito do empregador dispensar o empregado sem justa causa? .....	1132
5.11.6	Quais são os direitos do empregado doméstico em caso de dispensa imotivada?.....	1132
5.11.7	Em caso de pedido de demissão, quais são os direitos do empregado doméstico? .....	1132
5.11.8	Como fica a baixa na CTPS do empregado?.....	1133
5.11.9	Existem prazos para o pagamento das verbas rescisórias?....	1133

5.12	A dispensa com justa causa do empregado doméstico .....	1133
5.12.1	O que é a dispensa com justa causa? .....	1133
5.12.2	Quais as cautelas do empregador quando da dispensa motivada? .....	1133
5.12.3	Em quais hipóteses o empregador pode dispensar com justa causa o empregado? .....	1134
5.12.4	Quais são as verbas trabalhistas que o empregado tem direito na dispensa com justa causa? .....	1136
5.12.5	Existem outras consequências da falta grave cometida pelo empregado? .....	1136
5.13	A falta grave cometida pelo empregador ou simultaneamente pelos contratantes .....	1136
5.13.1	O que é a “falta grave do empregador”? .....	1136
5.13.2	Quais as cautelas do empregado na configuração da rescisão indireta? .....	1136
5.13.3	Quais são os atos ou condutas considerados como graves? .....	1137
5.13.4	Quais são as verbas a serem pagas pelo empregador? .....	1138
5.13.5	O que é a culpa recíproca? .....	1138
5.13.6	Quais são os direitos do empregado no caso de extinção por culpa recíproca? .....	1138
5.13.7	Existem outras consequências da falta grave cometida? ....	1138
5.14	Outras causas que ensejam a extinção do contrato de trabalho .....	1138
5.14.1	Existem outras causas que ensejam a extinção do contrato de trabalho? .....	1138
5.14.2	Com a extinção do contrato em caso de morte, quais são as verbas trabalhistas a serem quitadas? .....	1139
5.14.3	A aposentadoria causa a extinção do contrato de trabalho? .....	1139
5.15	O direito ao aviso prévio .....	1139
5.15.1	O que é o aviso prévio? .....	1139
5.15.2	O empregado doméstico tem direito ao aviso prévio? .....	1140
5.15.3	O empregado doméstico é obrigado a conceder o aviso prévio? .....	1140
5.16	O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) .....	1140
5.16.1	O que é o FGTS? .....	1140
5.16.2	O empregado doméstico tem direito ao FGTS? .....	1141
5.16.3	Esse direito é de aplicação imediata? .....	1141
5.16.4	Como fazer o recolhimento? .....	1141

5.17	Sindicato e normas coletivas de trabalho nas relações envolvendo os empregados domésticos .....	1142
5.17.1	O que são as convenções coletivas de trabalho e os acordos coletivos de trabalho? .....	1142
5.17.2	Qual é a finalidade das convenções e acordos coletivos de trabalho? .....	1142
5.17.3	Existem acordos ou convenções coletivas de trabalho para os empregados domésticos? .....	1142
5.18	Prazos prescricionais para o empregado doméstico.....	1143
5.19	Os descontos legais e o Simples Doméstico.....	1144
5.20	Direitos e Questões Previdenciárias .....	1145
5.20.1	É obrigatória a filiação do empregado doméstico ao INSS? .....	1145
5.20.2	O que é carência para fins previdenciários? .....	1145
5.20.3	Qual é o valor do benefício previdenciário? .....	1146
5.20.4	O empregado doméstico é beneficiário da legislação referente ao acidente de trabalho? .....	1146
5.20.5	O empregado doméstico tem direito ao auxílio-acidente? .....	1147
5.20.6	O empregado doméstico tem direito ao salário-família? .....	1147
5.20.7	O empregado doméstico tem direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 6 meses de idade em creches e pré-escolas? .....	1148
5.20.8	O empregado doméstico se beneficia do seguro-desemprego?.....	1148
5.20.9	O empregado doméstico tem direito à aposentadoria?.....	1149
	Questionário.....	1149
	<b>Capítulo VI – Trabalho em Domicílio.....</b>	1151
	Questionário.....	1152
	<b>Capítulo VII – Engenheiro e Outros.....</b>	1153
7.1	Remuneração e respectiva jornada de trabalho dos engenheiros, químicos, arquitetos, agrônomos e veterinários .....	1153
	Questionário.....	1155
	<b>Capítulo VIII – Estagiário.....</b>	1156
8.1	Legislação aplicável .....	1156
8.2	Conceito de estágio .....	1156
8.2.1	Atividades equiparadas ao estágio .....	1157
8.3	Os princípios da relação de estágio.....	1157
8.4	Características do contrato de estágio .....	1158
8.4.1	Solene.....	1159

8.4.2	Tripartite.....	1159
8.4.3	Oneroso .....	1160
8.4.4	Trato sucessivo.....	1160
8.4.5	Subordinativo.....	1160
8.4.6	Atividade .....	1161
8.5	Espécies.....	1161
8.5.1	Exigibilidade .....	1162
8.5.2	Finalidade.....	1162
8.6	Requisitos para a validade do contrato de estágio .....	1162
8.6.1	Requisitos subjetivos.....	1162
8.6.2	Requisitos objetivos.....	1164
8.7	Vínculo de estágio e vínculo de emprego.....	1166
8.8	Direitos do estagiário.....	1167
8.8.1	Jornada de trabalho.....	1167
8.8.2	Recesso anual .....	1168
8.8.3	Seguro contra acidentes pessoais .....	1169
8.8.4	Proteção à saúde e segurança.....	1169
8.8.5	Bolsa de estudo e o auxílio-transporte .....	1169
8.8.6	Condição do estagiário perante a Previdência Social.....	1170
	Questionário.....	1170
<b>Capítulo IX – Jornalista.....</b>		<b>1171</b>
9.1	Conceito de jornalista e de empresa jornalística.....	1171
9.2	Exercício da função de jornalista .....	1172
9.3	Jornada de trabalho.....	1172
	Questionário.....	1173
<b>Capítulo X – Médicos e Dentistas.....</b>		<b>1174</b>
10.1	Salário mínimo .....	1175
10.2	Jornada de trabalho.....	1175
10.3	Jornada dos médicos na administração pública federal.....	1176
10.4	Médico-residente.....	1176
	Questionário.....	1177
<b>Capítulo XI – Professor .....</b>		<b>1178</b>
11.1	Conceito .....	1178
11.2	Regulamentação .....	1179
11.2.1	Repouso semanal remunerado .....	1180
11.2.2	Jornada de trabalho.....	1180
11.2.3	Remuneração .....	1182
11.2.4	Concessão do aviso prévio no curso das férias escolares...	1183
11.2.5	Piso salarial da educação básica .....	1183
	Questionário.....	1184

<b>Capítulo XII – Teletrabalho</b> .....	1185
12.1 Introdução.....	1185
12.2 Conceitos de tecnologia e de telemática.....	1185
12.3 O fenômeno do teletrabalho.....	1187
12.4 Vantagens e desvantagens econômicas e jurídicas.....	1189
12.5 Modalidades.....	1189
12.6 Natureza jurídica.....	1190
12.7 Aspectos jurídicos do teletrabalho e a Reforma Trabalhista.....	1193
12.7.1 Morfologia do contrato de trabalho e do teletrabalho.....	1193
12.7.2 O negociado sobre o legislado.....	1193
12.7.3 Cláusulas contratuais específicas.....	1194
12.7.4 Aquisição e manutenção de equipamentos e da infraestrutura.....	1194
12.7.5 Reversibilidade das cláusulas de prestação do trabalho em teletrabalho.....	1195
12.7.6 Jornada de trabalho.....	1195
12.7.7 Saúde do trabalhador e intervalo especial.....	1196
Questionário.....	1197
<b>Capítulo XIII – Trabalhador Avulso</b> .....	1199
13.1 Trabalhador avulso.....	1199
13.2 Trabalhador eventual e o avulso.....	1202
13.3 Trabalhador avulso portuário e o Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).....	1202
13.3.1 Órgão Gestor de Mão de Obra (OGMO).....	1203
13.3.2 Responsabilidades do OGMO quanto aos salários e demais direitos do trabalhador portuário avulso.....	1204
13.3.3 Inscrição do trabalhador portuário avulso.....	1205
13.3.4 Multifuncionalidade na área portuária.....	1206
13.3.5 Escalas de trabalho.....	1208
13.4 Trabalhador portuário – empregado.....	1209
13.5 Terminal de uso privado e a contratação de mão de obra portuária.....	1210
13.6 Operador portuário e o trabalho temporário.....	1213
13.7 Trabalhador avulso e a Lei 12.023/2009.....	1214
Questionário.....	1216
<b>Capítulo XIV – Trabalhador Temporário</b> .....	1217
14.1 Introdução.....	1217
14.2 Empresa de Trabalho Temporário.....	1218
14.3 Empresa Contratante no Trabalho Temporário.....	1219



14.4	Trabalhador Temporário .....	1219
14.5	Contrato de Trabalho Temporário .....	1219
14.6	Prazo do Contrato de Trabalho Temporário .....	1221
14.7	Direitos do Trabalhador Temporário .....	1223
	Questionário.....	1225
<b>Capítulo XV – Trabalho Rural .....</b>		<b>1226</b>
15.1	Sistema jurídico .....	1226
15.2	Trabalho rural e as atividades industriais .....	1226
15.3	Tipologia: trabalhadores.....	1230
15.3.1	Empregado rural.....	1230
15.3.2	Parceria .....	1232
15.3.3	Arrendamento e meação .....	1234
15.3.4	Empregado de granja ou sítio de lazer.....	1235
15.3.5	Trabalhador eventual .....	1235
15.3.6	Parentes do pequeno proprietário.....	1236
15.4	Empregador rural.....	1236
15.4.1	Grupo econômico no trabalho rural .....	1236
15.4.2	Consórcio de empregadores na área rural .....	1237
15.4.3	Cooperativas e trabalho rural.....	1238
15.4.4	O trabalho temporário e o trabalho rural .....	1239
15.4.5	Sucessão .....	1239
15.5	Direitos individuais do trabalhador rural .....	1240
15.5.1	Idade mínima .....	1240
15.5.2	Duração da jornada de trabalho.....	1241
15.5.2.1	Prorrogação da jornada de trabalho .....	1241
15.5.3	Salário <i>in natura</i> .....	1242
15.5.4	Extinção do contrato de trabalho.....	1244
15.5.5	Adicional de insalubridade e periculosidade.....	1244
15.5.6	Salário-família.....	1244
15.5.7	Aviso prévio .....	1244
15.5.8	Contrato de safra .....	1245
15.5.9	Proteção do ensino.....	1245
15.5.10	Trabalhador rural contratado por pequeno prazo .....	1245
15.5.11	Intervalo intrajornada.....	1246
15.6	Prescrição .....	1246
	Questionário.....	1248
<b>Capítulo XVI – Trabalho Voluntário .....</b>		<b>1249</b>
	Questionário.....	1250

**PARTE VI**

**DIREITO COLETIVO DO TRABALHO**

<b>Capítulo I – Aspectos Históricos do Direito Coletivo do Trabalho.....</b>	1253
1.1 Origens históricas.....	1253
1.2 Fase da proibição.....	1257
1.3 Fase de tolerância.....	1258
1.4 Reconhecimento.....	1258
1.5 No Brasil.....	1259
Questionário.....	1270
<b>Capítulo II – Relações Coletivas do Trabalho.....</b>	1271
2.1 Relações de trabalho: individual e coletiva.....	1271
2.2 Denominação: direito coletivo do trabalho, direito sindical ou direito social.....	1275
2.3 Definição e conteúdo.....	1276
2.4 Funções do direito coletivo do trabalho.....	1277
Questionário.....	1278
<b>Capítulo III – Princípios de Direito Coletivo .....</b>	1279
3.1 Princípios assecuratórios da existência do ser coletivo.....	1280
3.1.1 Princípio da liberdade sindical.....	1280
3.1.1.1 Liberdade sindical no setor público.....	1286
3.1.1.2 Liberdade sindical no setor público brasileiro....	1286
3.1.2 Princípio da autonomia sindical .....	1288
3.2 Princípios regentes das relações entre os seres coletivos .....	1289
3.2.1 Princípio da interveniência sindical na normatização coletiva.....	1289
3.2.2 Princípio da equivalência dos contratantes coletivos.....	1290
3.2.3 Princípio da lealdade e transparência na negociação.....	1290
3.3 Princípios que tratam das relações e efeitos perante o universo e comunidade jurídicos das normas produzidas .....	1290
3.3.1 Princípio da criatividade jurídica da negociação coletiva....	1291
3.3.2 Princípio da adequação setorial negociada.....	1291
Questionário.....	1294
<b>Capítulo IV – Organização Sindical .....</b>	1295
4.1 Integrantes da organização sindical brasileira.....	1295
4.1.1 Sindicatos .....	1295
4.1.1.1 Natureza jurídica do sindicato.....	1296
4.1.2 Federação e confederação .....	1297

4.2	Categorias.....	1298
4.3	Centrais sindicais .....	1301
4.3.1	Atribuições e prerrogativas da central sindical e a representatividade .....	1302
4.3.2	Centrais sindicais reconhecidas .....	1305
4.3.3	Centrais sindicais e os conselhos colegiados .....	1305
	Questionário.....	1305
<b>Capítulo V – Entidades Sindicais .....</b>		<b>1306</b>
5.1	Entidades sindicais.....	1306
5.2	Condições de registro e funcionamento .....	1306
5.3	Denominação.....	1307
5.4	Atividades e prerrogativas.....	1307
5.4.1	Defesa dos interesses.....	1308
5.4.2	Celebrar normas coletivas de trabalho .....	1315
5.4.3	Eleição dos representantes da categoria .....	1317
5.4.4	Colaboração na solução de problemas .....	1318
5.5	Contribuições em favor das entidades sindicais .....	1318
5.5.1	Contribuição sindical.....	1318
5.5.1.1	Origem e fundamento legal .....	1318
5.5.1.2	Contribuição sindical dos trabalhadores .....	1320
5.5.1.3	Contribuição sindical das empresas .....	1320
5.5.1.4	Rateio legal.....	1322
5.5.1.5	Cobrança .....	1323
5.5.2	Contribuição confederativa .....	1324
5.5.3	Contribuição assistencial.....	1325
5.5.4	Mensalidade associativa .....	1326
5.6	Práticas antissindicais .....	1326
	Questionário.....	1328
<b>Capítulo VI – Representação dos Trabalhadores na Empresa.....</b>		<b>1329</b>
6.1	Origens históricas.....	1329
6.2	Conceito e natureza jurídica .....	1329
6.3	Fundamentos .....	1330
6.4	Formas de representação.....	1331
6.5	Representação dos trabalhadores na empresa pelo prisma da OIT.....	1331
6.6	Representante de pessoal.....	1332
6.7	Cogestão .....	1334
6.8	Comissão de representação dos empregados (Reforma Trabalhista)....	1335
6.8.1	Aspectos legais.....	1335
6.8.2	A representação sindical e a comissão.....	1336
	Questionário.....	1339

<b>Capítulo VII – Conflitos Coletivos do Trabalho .....</b>	<b>1340</b>
7.1 Conflitos de trabalho .....	1340
7.1.1 Conceito.....	1340
7.1.2 Classificação dos conflitos .....	1343
7.1.2.1 Conflitos coletivos de trabalho.....	1346
7.2 Formas de solução de conflitos coletivos de trabalho .....	1350
7.2.1 Meios de solução de conflitos coletivos de trabalho apre-	
goados pela OIT .....	1356
7.3 Principais meios de solução de conflitos.....	1358
7.3.1 Negociação coletiva.....	1359
7.3.1.1 Negociação coletiva de trabalho no Brasil .....	1363
7.3.2 Conciliação e mediação.....	1369
7.3.2.1 Conciliação .....	1369
7.3.2.2 Mediação .....	1370
7.3.2.3 Conciliação e mediação no Brasil.....	1372
7.3.3 Arbitragem.....	1373
7.3.3.1 Arbitragem no Brasil .....	1377
7.3.4 Jurisdição.....	1379
7.3.4.1 Poder normativo da Justiça do Trabalho do	
Brasil .....	1381
Questionário.....	1395
<b>Capítulo VIII – Meios de Pressão, Greve e Lockout .....</b>	<b>1396</b>
8.1 Meios de pressão .....	1396
8.2 Greve.....	1397
8.2.1 Aspectos históricos.....	1397
8.2.2 Conceituação .....	1399
8.2.3 Natureza jurídica .....	1401
8.2.4 Aspectos do direito de greve na visão da OIT.....	1404
8.2.5 Greve no direito brasileiro .....	1406
8.2.5.1 Conceito legal .....	1406
8.2.5.2 Legitimidade para instauração .....	1407
8.2.5.3 Procedimentos para deflagração.....	1408
8.2.5.4 Negociação direta e mediação .....	1410
8.2.5.5 Dissídio coletivo de trabalho .....	1410
8.2.5.6 Decisão judicial sobre a greve.....	1413
8.2.5.7 Manutenção da greve após a decisão judicial ...	1414
8.2.5.8 Efeitos quanto ao contrato individual de tra-	
balho .....	1415
8.2.5.9 Pagamento dos salários .....	1417

8.2.5.10	Responsabilidade pelos danos causados .....	1418
8.2.5.10.1	Responsabilidade do trabalha- dor .....	1418
8.2.5.10.2	Responsabilidade do sindicato ...	1418
8.3	Abuso de direito e o direito de greve .....	1420
8.3.1	Conceito de abuso de direito .....	1420
8.3.2	Direito de greve é um direito absoluto? .....	1421
8.3.3	Hipóteses que justificam a greve como sendo abusiva.....	1422
8.4	<i>Lockout</i> .....	1425
	Questionário.....	1427
<b>Capítulo IX – Negociação Coletiva .....</b>		<b>1428</b>
9.1	Negociação coletiva.....	1428
9.2	Princípios que informam a negociação coletiva .....	1432
9.2.1	Princípio da contradição e da cooperação .....	1432
9.2.2	Princípio da preservação do bem-estar social.....	1432
9.2.3	Princípio da preservação dos interesses comuns .....	1432
9.2.4	Princípio da boa-fé.....	1432
9.3	Funções da negociação coletiva.....	1433
9.4	A negociação coletiva e os modelos jurídicos .....	1434
9.4.1	A reforma trabalhista e a negociação coletiva .....	1436
9.5	Etapas da negociação coletiva.....	1439
	Questionário.....	1442
<b>Capítulo X – Instrumentos Normativos Negociados.....</b>		<b>1443</b>
10.1	Introdução.....	1443
10.2	Convenção e acordo coletivo de trabalho .....	1443
10.2.1	Convenção coletiva – natureza jurídica .....	1444
10.2.2	Conteúdo e efeitos.....	1447
10.2.3	Incorporação das cláusulas típicas ao contrato de traba- lho.....	1451
10.2.4	Extensão.....	1453
10.2.5	Forma e duração.....	1453
10.2.6	Limite da multa imposta em norma coletiva.....	1456
10.3	Contrato coletivo de trabalho.....	1456
	Questionário.....	1457
<b>Referências Bibliográficas .....</b>		<b>1459</b>